



As direções do funcionalismo federal rejeitaram o zero de reajuste do governo. Organizar a greve do funcionalismo para arrancar reajuste e direitos!

Como era de se esperar, as direções das entidades que compõem o FONASEFE apresentaram ao governo a sua rejeição à proposta de reajuste zero para 2024, com reajuste de 4,5% apenas em 2025 e em 2026.

A “contraproposta” apresentada pelas entidades sindicais se baseou em estudo do DIEESE, que rebaixou a reivindicação salarial, ignorando as perdas da última década, para se centrar apenas nas perdas salariais dos últimos anos. Assim, chegou-se, no caso dos docentes das federais, ao valor de 22,71%, divididos em três anos (2024 a 2026), um pouco mais de 7% de reajuste, em 2024. A medida quer parecer “plausível” ao governo, ao mesmo tempo que revela a falta de empenho das direções em mobilizar as categorias do funcionalismo. A própria ministra da Gestão, Esther Dweck, disse, no final de janeiro, que algum reajuste em 2024 é possível, caso haja o cumprimento da meta do orçamento (zerar o déficit). Embora o governo revele dificuldades em cumprir essa meta orçamentária, qualquer migalha que ofereça às entidades já servirá para que anunciem como “vitória” da “contraproposta”, proto-

colada em 31 de janeiro.

O fato é que o custo de vida só tem aumentado, ano após ano. Para 2024, os números oficiais da inflação estão em 4,09% (IPCA), o que é um índice bastante distante da realidade, já que alguns valores, como das contas básicas ou do aluguel, por exemplo, devem continuar aumentando bem acima da inflação (5,6% de aumento médio da conta de luz; 16,6%, no preço dos aluguéis, para o presente ano). Com o arrocho e o congelamento salarial, o funcionalismo de todas as esferas avolumam a lista dos superendividados. No caso do funcionalismo federal, são centenas de bilhões de saldo das dívidas, cada vez mais impagáveis.

Com efeito, o imobilismo das direções sindicais do funcionalismo, ao não mobilizar pelo reajuste e aumento salariais, contribui para o rebaixamento salarial. Isso porque as atuais direções, incluindo a de nosso sindicato, o ANDES-SN, querem continuar colaborando com o governo federal, o qual consideram “progressista”, já que o ajudaram a eleger. Como outros governos burgueses, a sua política é assentada no sustento da Dívida Pública, no pagamento de centenas de bilhões

de reais todos os anos em juros, o que estrangula os serviços públicos e leva ao ataque aos salários e aos direitos do funcionalismo. As direções ignoram a realidade material, econômica, que determina esse governo burguês, como os anteriores, e se prende ao discurso, à ideologia que o próprio governo faz sobre si mesmo, postando-se de “democrático”, ao criar as mesas de negociação, que são, na verdade, apenas mesas de enrolação.

É preciso convocar as assembleias presenciais, de base, e aprovar a GREVE nas universidades federais! Essa greve de nossa categoria e do conjunto das universidades e institutos federais pode impulsionar a greve geral do funcionalismo! É preciso romper com a política de colaboração de classe e se apoiar nos métodos coletivos e de ação direta! Vamos arrancar reajuste e aumento salarial com luta, com greve e com a unidade do funcionalismo!

42º CONGRESSO DO ANDES-SN: APROVAR O CALENDÁRIO DE CONSTRUÇÃO DA GREVE DA CATEGORIA

De 26 de fevereiro a 01 de março, ocorre o 42º Congresso, em uma situação em que o governo federal anunciou claramente a sua política de arrocho salarial para o funcionalismo, e, por meio da aprovação do Arrebatamento fiscal, da Refor-

ma Trabalhista e da meta orçamentária para 2024, apresentou sua diretriz macroeconômica, de sustento da Dívida Pública e de ataque aos serviços sociais.

Mais transparente que tal quadro, apenas quando o governo anterior, o de Bolsonaro, anunciou

o congelamento salarial, em 2020, que se manteve por anos. Entretanto, se o quadro político é facilmente reconhecível, a posição das direções sindicais é turva. As direções presentes no

Fonasefe – Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Federais-, ao

longo de 2023, apenas se lamentaram do não “avanço” das negociações nas pautas salariais e não-salariais. Em nenhum momento, apontaram o caminho da luta coletiva, isto é, das paralisações e da construção da greve, como meios para pressionar **continua |>**

e arrancar conquistas. Apenas aguardaram que os "ventos" mudassem, e o governo não fizesse o que estava fazendo. Mas o governo, não só ignorou as reivindicações, como manteve as contrarreformas e medidas do governo anterior.

A direção de nosso sindicato compareceu como porta-voz da posição oficial do Fonasefe, afirmando sempre que não poderia "quebrar" a unidade, e seguindo o calendário das mesas de negociação, para convocar atos e mobilizações simbólicas. É preciso destacar que a direção apenas convocou

as rodadas de negociação quando era preciso dar uma resposta ao governo, ignorando o nosso histórico de manter as rodadas de negociação durante toda a campanha salarial. Diante da "contraproposta", convocou com um prazo de apenas uma semana as assembleias, que resultaram na aprovação da contraproposta. Com ela em mãos, em vez de convocar as assembleias, aprovar um calendário de lutas com vista à construção da greve, chama apenas atividades nos dias da mesa de negociação, mesmíssima tática que usou em 2023,

e que resultou em nada.

Por tudo isso, o 42º Congresso, instância superior à direção política, deve colocar-se claramente por aprovar um Calendário de Mobilização, que tenha como eixo principal a construção da greve da categoria, que possa, com isso, impulsionar a greve nas universidades e institutos federais, e impulsivar a greve do conjunto do funcionalismo. Não há mais tempo a esperar. As direções políticas dos sindicatos, no segundo semestre, estarão metidas nas eleições municipais, se metendo nas disputas interburguesas que se

processam nelas. Temos de garantir que nossas reivindicações salariais e não-salariais sejam, de fato, negociadas com o governo. Para isso, é preciso paralisar o trabalho, realizar a unidade com estudantes e demais trabalhadores do funcionalismo, sair às ruas e organizar a greve. Essas devem ser as tarefas desse congresso. Qualquer discussão paralela será parte de disputas aparelhistas entre as correntes que disputam o sindicato. Nossa tarefa é com o conjunto da categoria, que anseia por reajuste e aumento salarial e por conquista de direitos.

Por uma política de classe internacionalista: Defesa da derrota militar do imperialismo na Ucrânia, na Faixa de Gaza e no Mar Vermelho!

AGuerra na Ucrânia, a ação do Hamas em Israel e os ataques dos houthis no Mar Vermelho estão conectados por responderem, cada qual, à ação do imperialismo no mundo. Com efeito, a Rússia, que sofria um cerco militar há anos, resolveu se contrapor de forma militar-burocrática, ocupando território ucraniano e dando continuidade a uma guerra que vem desde 2014 no Leste do país; o Hamas, dirigente nacionalista do povo palestino em Gaza, em outubro de 2023, realizou um conjunto de ações contra o território israelense, em função do avanço do Estado de Israel sobre colônias palestinas e a opressão cada vez maior do sionismo sobre as regiões palestinas – que foi usado por Israel como pretexto para execu-

tar o maior genocídio contra um povo desde a 2ª guerra mundial, sustentado com armas e munições pelos Estados Unidos; por fim, os houthis, grupo armado que controla partes do sul do Iêmen, atuou para atacar, no Mar Vermelho, navios que ajudam o sionismo em seu genocídio contra o povo palestino. As respostas militares, limitadas politicamente por quem as executava, representou uma contraofensiva à ofensiva geral do imperialismo, sobretudo, estadunidense.

O capitalismo mundial, em profunda crise, aprofunda as tendências bélicas e busca destruir forças produtivas, humanas e tecnológicas. A vitória do imperialismo em qualquer parte do planeta significa permitir o avanço de mais barbárie para o mundo todo. Por

isso, é fundamental uma política anti-imperialista bastante clara: a de derrota do imperialismo em qualquer conflito militar, seja da OTAN na Ucrânia, seja de Israel na Faixa de Gaza. Não nos perfilamos por detrás das políticas da burocracia russa ou do nacionalismo burguês, mas traçamos uma linha de apoio incondicional à ação militar daqueles que se chocam com o imperialismo e o fazem retroceder. Por isso, a política internacionalista é de defesa da derrota das forças imperialistas e sionistas, assim como de ações de solidariedade ativa, com boicote à indústria de guerra imperialista e o rechaço a qualquer ação militar que pretenda atacar a resistência palestina, como a ação militar no Mar Vermelho contra os houthis.

PALESTINA

Pela derrota do imperialismo e do sionismo

Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia!